



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Salinas da Margarida
Novos caminhos, novas conquistas.



PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UASG 983847 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

OBJETO

Contratação de empresa para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.914.370,50 (Quatro milhões, novecentos e catorze mil, trezentos e setenta reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **22/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo de itens

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
13. DOS RECURSOS	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

(Processo Administrativo nº 221/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal Salinas da Margarida, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), sediada na Praça Tenente Albuquerque, Cidade Salinas da Margarida, CEP 44.450-000, através do Agente de Contratação a Sra. Aline Neves Cerqueira – Matrícula nº 10.245, nomeado pela Portaria Municipal nº 148, de 10 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município no dia 10 de janeiro de 2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), no Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros) e no Decreto Municipal nº 658, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA**, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **grupos**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 e 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1 valor unitário total do item;
- 6.1.2 marca;
- 6.1.3 fabricante;
- 6.1.4 quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% do valor global do item/grupo**, conforme o caso.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. **Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. **Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 **Tratando-se de licitação em grupo**, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas (em caso de pregão)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicafe;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. **Em contratação de obras e serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.11.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br). Somente será admitida a entrega de documento por e-mail desde que autorizada pelo agente de contratação responsável pelo processo licitatório.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Caso na presente contratação a avaliação prévia do local de execução seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (conforme informação constante no Termo de Referência/Projeto Básico), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **3 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três) dias**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três) dias** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado,

a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos durante o período dos recursos ou a qualquer tempo solicitar as peças através do e-mail licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br ou pela Plataforma eletrônica do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Sistema Eletrônico Compras Governamentais e e-mail da Coordenadoria de Licitações e Contratos (licitacao@salinasdamargarida.ba.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (www.salinasdamargarida.ba.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2 *Anexo II* – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.4 Anexo IV – Declarações exigidas;
- 16.11.5 *Anexo V* - Modelo de Proposta de Preço;
- 16.11.6 Anexo VI – Mapa de Riscos.

Salinas da Margarida/BA, 07 de junho de 2026.

CARINE BARROSO BRASIL

Presidente da Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Termo de Referência 82/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
82/2026	983847-PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA	ADRIANA FERREIRA DE BRITO	01/06/2026 16:07 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		221/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para aquisição de **MOBILIARIOS** para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Discriminação por grupo de itens:

GRUPO I- ARMÁRIOS E ARQUIVOS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	617421	Armário Material: Aço Tipo: Ropeiro Quantidade Portas: 10 UM Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Epóxi-Pó Altura: 1,93 M Largura: 1,72 M Profundidade: 40 CM Características Adicionais: Fechamento Com Pitao Para Cadeado	UND	100	R\$ 940,00	R\$ 94.000,00

02	319491	Armário Copa/Cozinha Material: Aço- Cor: Branca- Quantidade Portas: 6 Um.- Características Adicionais: 1,2x0,5x1,9m, 3 Gavetas, Paneleiro Com Divisões	UND	200	R\$ 1.135,00	R\$ 227.000,00
03	260034	Armário Copa/Cozinha Material: Aço Tipo: Gabinete Com Pés Acabamento Superficial: Pintado Cor: Branca Quantidade Portas: 3 UM Largura: 1,20 M Altura: 0,50 M Características Adicionais: 3 Gavetas Com 1,20 M Largura, 0,87 M Altura E 0,47	UND	200	R\$ 950,00	R\$ 190.000,00
04	350105	Arquivo, em chapa de aço, medindo (1330x470x700) mm= (axl xp), tipo vertical para pasta suspensa, contendo 04 gavetas, que deslizarão sobre corrediças telescópicas, trava que impede abertura simultânea das gavetas, fechamento simultâneo das gavetas por chave, puxadores de aço, com porta-etiquetas, deslizamento das gavetas por trilhos telescópicos, estrutura em aço, com espessura mínima de 0,79mm (chapa n.22), acabamento em pintura eletrostática com tinta pó com tratamento antiferrugens, na cor branca, base com sapatas niveladoras, com garantia de no mínimo 12 meses, fabricado conforme as normas nbr/abnt vigentes	UND	200	R\$ 707,00	R\$ 141.400,00
05	385360	Armário aço - Material: Chapa Aço 26 ,	UND	100	R\$ 1.050,00	R\$ 105.000,00

		Acabamento Superficial: Fosfatizado Anti- Ferrugem, Altura: 198 CM, Aplicação: Uso Geral, Cor: Cinza, Largura: 90 CM, Características Adicionais: Portas Com Puxador E Fechadura, Prateleiras Regular, Profundidade: 40 CM, Quantidade Portas: 2 UN, Quantidade Prateleiras: 4 UN,				
VALOR TOTAL DO GRUPO I					R\$ 757.400,00	

GRUPO II- MESAS DE ESCRITÓRIO E REUNIÃO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
06	476432	Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado , Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro	UND	150	R\$ 872,05	R\$ 130.807,50
07	607694	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Tampo Em Madeira Mdp/Mdf , Revestimento Tampo: Laminado De Madeira Natural , Cor Tampo: Marfim , Largura: 1200 CM, Profundidade: 0,80 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Preta , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais:	UND	150	R\$ 550,00	R\$ 82.500,00

		Borda Arredondada, Pés Com Sapatas, Sem Gaveta				
08	611677	Mesa Escritório Material Estrutura: Mdp , Material Tampo: Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Madeira , Cor Tampo: Argila , Largura: 1,60 M, Profundidade: 0,60 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Argila	UND	150	R\$ 750,00	R\$ 112.500,00
09	253229	Mesa Reunião Retangular Material: Aglomerado Madeira , Comprimento: 2,50 M, Largura: 1,20 M, Altura: 0,75 M, Revestimento: Laminado Melamínico , Cor Face Superior: Ovo , Material Face Superior: Laminado Melamínico Texturizado Alta Pressão , Tipo Bordas: Arredondadas Em (Post-Forming) , Tipo Estrutura: Tubo Aço , Material Borda Lateral: Poliestireno , Características Adicionais: Ponteiros Injetadas Fixas E Sapata Regulável Para , Espessura Tampo: 28 MM, Cor Estrutura: Preta	UND	50	R\$ 1.643,50	R\$ 82.175,00
10	476432	Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado , Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro	UND	100	R\$ 809,55	R\$ 80.955,00
11	271711		UND	100	R\$ 345,00	R\$ 34.500,00

		Mesa Microcomputador Material Estrutura: Melamínico , Material Tampo: Melamínico , Tipo Base Teclado: Retrátil , Cor: Cinza , Largura: 0,65 M, Características Adicionais: Base Lateral Para Cpu, 2 Gavetas , Comprimento: 1,20				
12	390711	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Madeira Aglomerada Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico , Cor Tampo: Marfim , Quantidade Gavetas: 2 UN, Largura: 1,40 M, Altura: 0,74 M, Cor Estrutura: Preta , Comprimento: 1,40 M, Acabamento Estrutura: Pintura Texturizada , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Mesa Em "L", Bordas Em Fita Abs	UND	100	R\$ 549,00	R\$54.900,00
VALOR TOTAL DO GRUPO II					R\$ 578.377,50	

GRUPO III- CADEIRAS DE ESCRITÓRIO E AUDITÓRIO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
13	483572	Cadeira Escritório Material Estrutura: Madeira Compensada , Material Revestimento Assento E Encosto: Vinil , Material Encosto: Madeira E Espuma Injetada , Material Assento: Madeira E Espuma Injetada , Tipo Base: Fixa , Apoio Braço: Sem Braços , Quantidade Pés: 4 U	UND	200	R\$ 649,00	R\$ 129.800,00
14	617704	Cadeira Escritório Material Estrutura: Aço ,	UND	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00

		Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico , Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado , Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos , Tipo Encosto: Baixo , Apoio Braço: Com Braços , Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás , Características Adicionais: Regulagem De Inclinação Do Encosto , Quantidade Pés: 5 U				
15	486515	Cadeira Fixa Material Assento: Espuma Laminada , Material Encosto: Espuma Injetada , Material Estrutura: Aço , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Densidade Espuma Assento E Encosto: Controlada , Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi , Tipo Base: Fixo , Tipo Encosto: Fixo , Características Adicionais: Com Braço , Cor: Preta , Dimensões Assento: 420 X 360 MM, Dimensões Encosto: 430 X 440 M	UND	200	R\$ 599,00	R\$ 119.800,00
16	607538	Cadeira Sobre Longarina Material Assento E Encosto: Compensado/Espuma Injetada , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Quantidade Assentos: 3 UN, Características Adicionais: Bordas De Proteção Em Pvc , Material Estrutura: Aço , Acabamento Superficial Longarina: Pintura Em Epóxi	UND	150	R\$ 850,00	R\$ 127.500,00
17	485383		UND	100	R\$ 212,00	R\$ 21.200,00

		Cadeira Material: Polipropileno , Tipo Espaldar: Baixo , Cor: Variada , Características Adicionais: Estrutura Em Aço , Tipo: Concha				
18	485383	Cadeira Material: Polipropileno Tipo Espaldar: Baixo Cor: Variada Características Adicionais: Estrutura Em Aço Tipo: Concha Cadeira universitária ISO para DESTRO e CANHOTO, com assento e encosto confeccionado em polipropileno, na cor azul. Base em aço com pintura epóxi na cor preta, estrutura fixa trapezoidal, confeccionada em tubo de aço mínimo de 16 x 30 mm, ponteiros plásticos anti-derrapante e com porta livros em aço. Prancheta em MDF na cor branca, com espessura mínima de 18mm e com acabamento em fita ABS. Dimensões do encosto: altura entre 30 cm e 33 cm; largura entre 45 cm e 47 cm. Dimensões do assento: largura entre 45 cm e 48 cm; e profundidade entre 40 cm e 43 cm. Dimensões da prancheta: largura mínima de 26 cm; e profundidade entre 49 cm e 52 cm. A cadeira deverá suportar indivíduos de até 120 kg.	UND	2.000	R\$ 212,00	R\$ 424.000,00
19	336644	Cadeira Fixa Material: Assento: Espuma Alta Densidade , Material Encosto: Espuma Alta Densidade , Material Estrutura: Aço Tubular , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática , Características Adicionais: Sem Braço , Cor: Preta	UND	100	R\$ 277,50	R\$ 27.750,00

20	287945	Cadeira Material: Plástico , Cor: Branca , Características Adicionais: Empilhável , Tipo: Sem Braço	UND	2.000	R\$ 39,00	R\$ 78.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO III					R\$ 1.068.050,00	

GRUPO IV- MOBILIÁRIO ESCOLAR

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
21	603100	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-04 , Material Tampo: Mdp , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico. Modelo padrão FNDE	UND	300	R\$ 510,00	R\$ 153.000,00
22	483339	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-05 , Material Tampo: Abs - Acrilonitrile/Butadiene /Stirene ,Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno. Modelo padrão FNDE	UND	300	R\$ 620,00	R\$ 186.000,00
23	429904	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: 3 , Tratamento Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características Adicionais: Porta Livro Em Polipropileno Reciclado.Modelo padrão FNDE	UND	300	R\$ 1.413,00	R\$ 423.900,00
24	617862		UND	300	R\$ 526,50	R\$ 157.950,00

		Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Plástico Injetado E Aço , Tamanho: Cja-06b , Material Tampo: Abs , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno. Modelo padrão FNDE				
25	453664	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Ferro , Tamanho: Infantil , Características Adicionais: Colorido. Modelo padrão FNDE	UND	300	R\$ 2.000,00	R\$ 600.000,00
26	603101	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: Cjp01 , Tratamento Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características Adicionais: Ponteiros E Sapatos Em Polipropileno. Modelo padrão FNDE	UND	200	R\$ 1.259,68	R\$ 251.936,00
27	271496	Berço Material: Madeira , Acabamento Superficial: Pintura , Cor: Branca , Características Adicionais: Com Grades Laterais Coloridas. Modelo padrão FNDE	UND	300	R\$ 850,00	R\$ 255.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO IV					R\$ 2.027.786,00	

GRUPO V- ESTANTES

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
28	350108	Estante Metálica Material: Chapa Aço 24 , Altura: 1,98 M , Largura: 0,92 M, Profundidade: 0,32 M, Tipo Prateleiras: Graduáveis ,	UND	200	R\$ 298,00	R\$ 59.600,00

		Quantidade Prateleiras: 6 UN, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Antiferrugem Tinta Epóxi-Pó , Cor: Cinza , Características Adicionais: Reforço Em X Nas Laterais E Fundo , Capacidade: 100 K				
29	469849	Estante Material: Aço Cromado , Altura: 180 CM, Profundidade: 35 CM, Cor: Prata , Características Adicionais: Coluna 25 Mm , Largura: 60 CM, Quantidade Prateleiras: 4 U	UND	100	R\$ 725,00	R\$ 72.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO V					R\$ 132.100,00	

GRUPO VI- ACESSÓRIOS E COMPLEMENTOS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	APR	QUAT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
30	611774	Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte 611774 - Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte	UND	200	R\$ 400,00	R\$ 80.000,00
31	611844	Tela Projeção Tipo Ajuste Tela: Retrátil Automático , Material: Matte Wite , Cor Acabamento: Preta , Altura: 180 CM, Largura: 2,40 M, Características Adicionais: Enrolamento	UND	100	R\$ 750,00	R\$ 75.000,00

		Automático Por Mola , Tipo Tela: Retrátil , Tensão Entrada: 110/220				
32	432400	Quadro Branco Material: Laminado Melamínico Brilhante , Acabamento Superficial Moldura: Anodizado , Largura: 1,20 M, Comprimento: 2 M, Características Adicionais: Suporte Para Apagado r E Pincéis , Tipo Fixação: Parede , Material Moldura: Alumínio	UND	300	R\$ 380,99	R\$114.297,00
33	392115	Quadro Avisos Material: Cortiça , Comprimento: 120 CM, Largura: 70 CM, Material Moldura: Alumínio	UND	200	R\$ 157,00	R\$ 31.400,00
34	354608	Mesa Plástica Material: Plástico , Formato: Quadrado , Cor: Branca , Comprimento: 70 CM, Largura: 70 CM, Altura: 72 C	UND	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO VI					R\$ 350.697,00	

VALOR DE TODOS OS GRUPOS	R\$ 4.914.370,50
--------------------------	------------------

- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- Serão exigidas as normas técnicas da ABNT e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) – Portaria nº 401/2020 (Requisitos de Avaliação da Conformidade para Móveis Escolares – Cadeiras e Mesas para Conjunto Aluno) para os bens, quando aplicáveis tais normas.
- O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do instrumento contratual**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os mobiliários deverão, sempre que possível, ser fabricados com materiais de boa durabilidade, visando à redução da necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, à diminuição da geração de resíduos; 4.1.2. Preferência por produtos que utilizem matéria-prima de origem sustentável, reciclada ou reciclável, bem como que observem as normas ambientais vigentes; e

4.1.3. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada de eventuais resíduos e embalagens decorrentes do fornecimento dos bens, quando aplicável.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelos específicos, devendo as especificações do objeto serem suficientes para garantir a qualidade dos produtos, sem restringir a competitividade, nos termos da legislação vigente.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica a vedação específica de marcas ou produtos, devendo os bens ofertados atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, sendo vedado, contudo, o fornecimento de produtos que não atendam aos padrões mínimos de qualidade, durabilidade e funcionalidade exigidos.

Da exigência de catálogo ilustrado / ficha técnica

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo ilustrado e/ou ficha técnica dos produtos ofertados, que comprove o atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência, no prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação no sistema.

4.5. Deverão ser apresentados catálogos ou fichas técnicas dos itens ofertados, contendo, no mínimo:

4.5.1. Descrição detalhada do produto;

4.5.2. Especificações técnicas (materiais, dimensões, acabamento, capacidade, quando aplicável); e

4.5.3. Imagens ilustrativas que permitam a identificação do produto ofertado.

4.6. Os catálogos ou fichas técnicas deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, sendo de inteira responsabilidade da empresa o envio dentro do prazo estabelecido.

4.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, mediante solicitação devidamente fundamentada no sistema, antes do seu encerramento, a critério da Administração.

4.8. No caso de não apresentação da documentação no prazo estipulado, ou apresentação em desconformidade com as exigências previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Compatibilidade das especificações técnicas com as exigidas no Termo de Referência;

4.9.2. Qualidade dos materiais e acabamento;

4.9.3. Adequação dimensional e funcional do mobiliário;

4.9.4. Conformidade com requisitos de ergonomia e durabilidade, quando aplicável.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Caso a documentação apresentada pelo primeiro classificado não seja aceita, será analisada a proposta do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.12. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar informações complementares, esclarecimentos ou documentos adicionais que julgar necessários à adequada análise dos produtos ofertados.

Subcontratação

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados da ordem de fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de fornecimento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 201

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 1. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária. Além disso, será acrescido de compensação financeira, calculada à taxa de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a fórmula seguinte: $I = (TX/100) / 365$

$EM = I \times N \times VP$ Onde:

& I = Índice de compensação financeira;

& TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

& EM = Encargos moratórios;

& N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

& VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26.5 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/03/2026.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :*

9.3.1 *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a

todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :*

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

	Ativo Circulante

LC =	Passivo Circulante
------	--------------------

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;*

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 4.914.370,50 (Quatro milhões, novecentos e catorze mil, trezentos e setenta reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Órgão: 4-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- II. Gestão/unidade:05.01;
- III. Fonte de recursos: 1500 /1540/1541/1542/1543/1546/1550/1573
- IV. Programa de trabalho: 2008/2009/2013/2015/1052/1054; e
- V. Elemento de despesa: 33.90.30.00/44.90.52.00.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato
[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

OU

2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CadIn[A2]).*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

2.8. *O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a).....(data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada [A9];

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêner.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;*

4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]*

OU

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A15] .

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento,..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARINE BARROSO BRASIL
Presidente da Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Estudo Técnico Preliminar 99/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 221/2026

2. Obejeto

Contratação de empresa para aquisição de **MOBILIARIOS** para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA.

3. Descrição da necessidade

A aquisição de mobiliários para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de funcionamento das unidades escolares e administrativas, proporcionando ambientes adequados, seguros, organizados e confortáveis para o desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

Os mobiliários atualmente existentes apresentam desgaste decorrente do uso contínuo, além de insuficiência quantitativa para atender à demanda crescente de alunos, professores, servidores e demais usuários da rede municipal de ensino. Tal situação compromete a qualidade do atendimento, a ergonomia, o conforto e a eficiência das atividades pedagógicas e administrativas.

A aquisição pretendida visa suprir a necessidade de reposição e ampliação de mesas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, e demais itens essenciais ao adequado funcionamento das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, bem como para a organização dos espaços administrativos.

Além disso, a disponibilização de mobiliário adequado atende às normas de acessibilidade, ergonomia, segurança e conservação do patrimônio público, promovendo melhores condições de trabalho aos profissionais da educação e maior conforto aos estudantes.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais ofertados pelo Município, em conformidade com o interesse público e com os princípios da eficiência e da boa gestão administrativa.

2.1 Motivação da Contratação:

2.1.1. Os itens objeto desta contratação atenderão as necessidades das escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação. Os itens são destinados à manutenção das atividades de ensino, possíveis reposições, pesquisa e extensão, bem como em algumas áreas administrativas.

2.1.2. Utilizou-se como metodologia para a estimativa do quantitativo do processo de compra anteriores e as demandas registradas pelas unidades escolares.

2.2 Metas da Contratação:

2.2.1. Suprir a necessidade das escolas da rede municipal e órgãos pertencentes a SME.

2.2.2. Ofertar aos alunos um ambiente escolar de qualidade, devidamente equipados com mobiliários de qualidade

2.3 Durabilidade e Economia a Longo Prazo

2.3.1. Investir em mobiliários de qualidade é uma medida econômica a longo prazo. Móveis duráveis reduzem a necessidade de substituições frequentes e manutenção constante, resultando em economia de recursos e assegurando a continuidade das atividades sem interrupções.

Sendo assim, solicito a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa para Aquisição de **MOBILIARIOS** para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA. que deverão assistenciar os serviços/atividades realizadas pela SEME no que se refere as condições mínimas de trabalho aos seus profissionais, quanto às necessidades supracitadas. Importante registrar que o quantitativo a ser licitado contempla uma reserva técnica a ser utilizada em eventuais intercorrências e nas atividades de rotina das escolas.

A aquisição do objeto será realizada através de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através do Núcleo de Licitações e Contratos, a realização do certame.

2.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A AQUISIÇÃO:

A aquisição de mobiliários para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação traz diversos benefícios institucionais, pedagógicos e administrativos, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino e das condições de trabalho. Entre os benefícios esperados, destacam-se:

- Proporcionar melhores condições de conforto, ergonomia e segurança para alunos, professores e servidores administrativos;
- Favorecer um ambiente escolar mais adequado ao processo de ensino-aprendizagem, estimulando a permanência e o desempenho dos estudantes;
- Garantir a substituição de mobiliários danificados, obsoletos ou insuficientes, assegurando a continuidade das atividades educacionais;
- Promover a padronização e organização dos espaços escolares e administrativos, contribuindo para maior funcionalidade e eficiência no uso dos ambientes;
- Atender às demandas de ampliação, manutenção e modernização das unidades escolares da rede municipal;
- Contribuir para a valorização dos profissionais da educação, oferecendo melhores condições de trabalho;
- Possibilitar maior durabilidade e economicidade dos bens públicos, mediante aquisição de mobiliários de qualidade e adequados às normas técnicas vigentes;
- Assegurar melhores condições de acessibilidade e inclusão, conforme as necessidades das unidades de ensino;
- Fortalecer a infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação e das escolas, garantindo suporte adequado às atividades pedagógicas e administrativas;
- Elevar a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar, refletindo positivamente nos indicadores educacionais do município.

Assim, espera-se que a aquisição de mobiliários contribua significativamente para o aprimoramento da infraestrutura e das condições de funcionamento do ambiente escolar, proporcionando maior conforto, organização e eficiência no desenvolvimento das atividades realizadas.

3.2. Justificativa da necessidade da contratação:

- **Necessidade:** necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando ambientes mais organizados, confortáveis, seguros e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

- **Relevância:** A contratação para aquisição de mobiliários é de extrema relevância para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação, considerando que os móveis adequados são essenciais para garantir condições apropriadas de funcionamento administrativo e pedagógico.
- **Impacto:** A contratação para aquisição de mobiliários destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e à Secretaria Municipal de Educação possui impacto direto na qualidade dos serviços educacionais e administrativos, contribuindo para melhores condições de ensino, aprendizagem e trabalho.

Os principais impactos da contratação são:

Os principais impactos da contratação são:

- Melhoria da infraestrutura escolar, proporcionando ambientes mais adequados, organizados e confortáveis para alunos, professores e servidores;
- Promoção do bem-estar e ergonomia, reduzindo desconfortos físicos e favorecendo melhores condições de permanência e desempenho nas atividades escolares e administrativas;
- Apoio ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que mobiliários adequados contribuem para maior concentração, organização e participação dos estudantes;
- Atendimento às demandas de expansão e reposição, considerando o desgaste natural dos bens existentes, aumento do número de matrículas e necessidade de adequação dos espaços escolares;
- Fortalecimento das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência na execução das atividades;
- Padronização e modernização dos ambientes, assegurando maior funcionalidade, segurança e durabilidade dos mobiliários utilizados nas unidades escolares e setores administrativos;
- Cumprimento das normas de segurança, acessibilidade e qualidade, proporcionando ambientes compatíveis com as exigências legais e pedagógicas. Dessa forma, a aquisição dos mobiliários mostra-se essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais ofertados pelo Município, refletindo positivamente no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da rede municipal de ensino.

• **3.2. Justificativa da importância da contratação neste momento para o desenvolvimento da unidade (Conveniência e oportunidade):**

A contratação para aquisição de mobiliário destinado às escolas e à Secretaria de Educação mostra-se necessária e oportuna neste momento, considerando a necessidade de garantir melhores condições de funcionamento das unidades educacionais e administrativas, assegurando ambientes adequados, organizados e confortáveis para estudantes, professores, servidores e demais usuários da rede pública de ensino.

A demanda decorre da necessidade de reposição de móveis desgastados pelo uso contínuo, bem como da ampliação e adequação dos espaços escolares e administrativos, visando proporcionar melhores condições de ensino, aprendizagem e execução das atividades administrativas. A inexistência ou insuficiência de mobiliário adequado compromete diretamente a qualidade dos serviços prestados, afetando o desempenho das atividades pedagógicas e administrativas.

A aquisição pretendida contribuirá para a melhoria da infraestrutura das unidades escolares e da Secretaria de Educação, promovendo maior ergonomia, segurança, conforto e funcionalidade dos ambientes, em conformidade com as necessidades institucionais e o interesse público. Além disso, a contratação atende ao princípio da continuidade do serviço público, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das ações educacionais ao longo do exercício.

Dessa forma, a contratação revela-se conveniente e oportuna, uma vez que permitirá atender às demandas atuais da rede municipal de educação, assegurando melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas, refletindo diretamente na qualidade do atendimento à comunidade escolar.

A realização do Pregão Eletrônico demonstra a necessidade da contratação, especialmente pela necessidade e demandas existentes. A urgência em suprir essa demanda justifica a contratação imediata, visando evitar a falta dos itens solicitados e garantir o atendimento de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino de Salinas da Margarida.

É fundamental que a contratação seja realizada com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a melhor relação custo-benefício para a administração pública e assegurando a qualidade dos produtos adquiridos.

Assim, com o objetivo de cumprir com a responsabilidade e atender as necessidades, vale-se dos instrumentos legais para aquisição de bens e serviços, essa contratação se dará através de contrato pelo prazo de 12 meses.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação	Carla de Jesus Marinho

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A presente contratação que tem por finalidade suprir a necessidade de mobiliários adequados para garantir melhores condições de funcionamento das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando conforto, segurança, organização e condições adequadas de trabalho e aprendizagem para alunos, professores, servidores e demais usuários deverá atender os seguintes requisitos:

A aquisição visa:

- Substituir mobiliários danificados ou inadequados;
- Padronizar os ambientes escolares e administrativos;
- Atender ao aumento da demanda de alunos e servidores;
- Garantir acessibilidade, ergonomia e segurança;
- Assegurar melhores condições pedagógicas e administrativas.

5.1.1. Requisitos Gerais

Os mobiliários deverão:

- Ser novos, de primeiro uso;
- Possuir padrão de qualidade e resistência compatíveis com o uso contínuo em ambientes escolares e administrativos;
- Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- Possuir acabamento sem rebarbas, quinas cortantes ou defeitos que comprometam a segurança;
- Ser fabricados com materiais resistentes e duráveis;
- Apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação;
- Ser entregues montados ou com montagem inclusa;
- Conter manual de montagem e utilização, quando aplicável.

5.1.2. Requisitos de Sustentabilidade

A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade, incluindo:

- Utilização de materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental, quando possível;
- Madeira proveniente de manejo florestal sustentável ou certificada;
- Destinação ambientalmente adequada das embalagens;
- Atendimento à legislação ambiental vigente.

5.1.3. Requisitos Técnicos

Os mobiliários deverão possuir:

- Estrutura resistente em aço, madeira MDF/MDP ou material equivalente;

- Pintura anticorrosiva e acabamento resistente;
- Assentos e encostos ergonômicos;
- Dimensões compatíveis com o público-alvo (educação infantil, ensino fundamental, administrativo etc.);
- Capacidade de suportar uso intenso em ambiente escolar.

5.1.4. Requisitos de Segurança

Os produtos deverão:

- Atender às normas de segurança e ergonomia;
- Possuir estabilidade e resistência;
- Não apresentar materiais tóxicos ou inflamáveis inadequados;
- Estar em conformidade com normas da ABNT e demais legislações pertinentes.

5.1.5. Requisitos de Entrega

A empresa contratada deverá:

- Realizar a entrega nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação;
- Efetuar transporte, carga, descarga e montagem sem ônus adicional;
- Respeitar os prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- Substituir produtos com avarias ou defeitos no ato da entrega.

5.1.6. Requisitos de Habilitação da Contratada

A empresa deverá:

- Comprovar regularidade fiscal e trabalhista;
- Possuir capacidade técnica compatível com o objeto;
- Apresentar atestados de fornecimento similares;
- Estar regularmente constituída e apta ao exercício da atividade.

5.1.7. Critérios de Aceitação

Os mobiliários serão recebidos:

- Provisoriamente, no ato da entrega, para verificação quantitativa;
- Definitivamente, após conferência da conformidade com as especificações técnicas e qualidade exigida.

Serão recusados produtos:

- Em desacordo com as especificações;
- Danificados;
- Com defeitos de fabricação;
- De qualidade inferior à proposta apresentada.

5.1.8. Vigência e Garantia

- A garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses;
- A contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia;
- O prazo contratual será definido conforme necessidade da Administração.

5.1.9. Resultado Esperado

Espera-se com a contratação:

- Melhorar a infraestrutura das unidades escolares;
- Garantir conforto e segurança aos usuários;
- Proporcionar melhores condições de ensino e trabalho;
- Atender adequadamente às demandas administrativas e pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

5.2. Requisitos de habilitação do fornecedor:

5.2.1. Habilitação:

5.2.1.1. Habilitação jurídica: Apresentação de documentos que comprovem a regularidade da empresa perante a legislação vigente, como contrato social, CNPJ, inscrição estadual e municipal, entre outros, a serem previstos no Termo de Referência, por oportunidade de sua elaboração, consideradas as disposições legais e modelos sugeridos pela Advocacia Geral da União.

5.2.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista: Comprovação de regularidade perante o Fisco, a Seguridade Social e o FGTS, mediante apresentação de certidões negativas de débitos, a serem previstos no Termo de Referência, por oportunidade de sua elaboração, consideradas as disposições legais e modelos sugeridos pela Advocacia Geral da União.

5.2.1.2. Qualificação econômico-financeira: Demonstração da capacidade financeira para cumprir as obrigações do contrato, através de certidões negativas de débitos, balanços patrimoniais e demonstrações contábeis, a serem previstos no Termo de Referência, por oportunidade de sua elaboração, consideradas as disposições legais e

modelos sugeridos pela Advocacia Geral da União.

5.2.1.3. Qualificação técnica: Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por entidades públicas ou privadas, comprovando experiência prévia no fornecimento de mobiliários similares aos licitados, a serem previstos no Termo de Referência, por oportunidade de sua elaboração, consideradas as disposições legais e modelos sugeridos pela Advocacia Geral da União.

5.2.2. Objeto:

5.2.2.1. Especificações técnicas: os mobiliários deverão atender às especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, incluindo normas técnicas, padrões de qualidade, e outras exigências aplicáveis.

5.2.2.2. Quantidade: Os mobiliários deverão ser fornecidos nas quantidades especificadas no Termo de Referência, considerando as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida.

5.2.2.3. Prazo de entrega: O fornecedor deverá cumprir os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência, acaso não especificados neste documento, garantindo o suprimento contínuo dos materiais.

5.2.2.4. Local de entrega: Os mobiliários deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, com frete incluso no preço.

5.2.2.5. Condições de pagamento: O pagamento será efetuado conforme as condições estabelecidas no edital e contrato, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da entrega dos itens solicitados.

5.2.3. Outras exigências:

5.2.3.1. Garantia: O fornecedor deverá oferecer garantia dos produtos fornecidos, em conformidade com as normas técnicas e legislação aplicável.

5.2.3.2. Assistência técnica: O fornecedor deverá prestar assistência técnica para os produtos fornecidos, quando for aplicável.

5.2.3.3. Responsabilidade socioambiental: O fornecedor deverá apresentar comprovação de cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, e adotar práticas de responsabilidade socioambiental.

5.3. Critérios de Julgamento:

A seleção da proposta vencedora será realizada com base no critério de menor preço, considerando as especificações técnicas e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

5.4. Disposições Gerais: Os requisitos aqui listados são complementares ao Termo de Referência, que detalha as especificações do objeto e demais condições da contratação. A Administração Pública reserva-se o direito de exigir documentação complementar, caso necessário, para comprovação da capacidade técnica e qualificação do fornecedor.

5.4.1. As especificações dos objetos descritos na proposta deverão ter exata correspondência ao produto ofertado pelo licitante e não a simples cópia do descritivo, contendo as características dos produtos com detalhes e, sempre que possível, deverá informar marca, referência e outros dados que possam ser utilizados para identificação do produto ofertado.

5.4.2. Poderá ser exigida a apresentação de amostras, catálogo, folders ou manual técnico descritivo.

5.4.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da contratada.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Levantamento de mercado para futura aquisição de mobiliários escolares e administrativos destinados ao atendimento das necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação, visando subsidiar processo licitatório conforme a Lei nº 14.133/2021.

A presente contratação visa garantir melhores condições de funcionamento das unidades escolares e administrativas, proporcionando adequação ergonômica, conforto, segurança e organização dos ambientes educacionais.

O levantamento considera:

- substituição de mobiliário desgastado;
- ampliação da rede escolar;
- adequação às normas do FNDE;
- melhoria das condições de ensino e trabalho;
- atendimento às demandas administrativas da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme práticas adotadas por diversos municípios e estados brasileiros, a aquisição de mobiliário escolar tem sido realizada por meio de registro de preços e especificações padronizadas do FNDE

6.1.1. Análise de mercado

A pesquisa identificou ampla oferta de fornecedores especializados em mobiliário escolar e administrativo no mercado nacional, com predominância de itens padronizados conforme especificações do FNDE.

Observou-se:

- significativa variação de preços conforme material e acabamento;
- preferência por estruturas metálicas com pintura eletrostática;
- utilização de MDF/MDP em mobiliários administrativos;
- adoção de padrões ergonômicos e de acessibilidade;
- tendência de aquisição por sistema de registro de preços.

Também foi identificado aumento geral nos custos de insumos e materiais escolares nos últimos anos, impactando diretamente os preços do mobiliário

6.1.2. Principais itens de mobiliário escolar

Salas de aula

- Conjuntos aluno (mesa + cadeira)
- Carteiras individuais com regulagem de altura
- Mesas para alunos PCD (acessibilidade)
- Cadeiras empilháveis
- Mesa do professor + cadeira giratória
- Quadros brancos / quadros verdes

Administração

- Mesas de escritório
- Cadeiras ergonômicas
- Armários de aço
- Arquivos deslizantes

Bibliotecas

- Estantes metálicas ou MDF
- Mesas de leitura
- Cabines de estudo
- Poltronas

Refeitórios

- Mesas coletivas (fixas ou dobráveis)
- Bancos ou cadeiras plásticas reforçadas

Áreas externas e multiuso

- Bancos de concreto ou madeira tratada
- Mesas plásticas de alta resistência

6.1.3. Materiais mais utilizados no mercado

- Aço tubular com pintura epóxi (mais comum em escolas públicas)
- MDF/Madeira laminada (uso interno, melhor acabamento)
- Polipropileno injetado (cadeiras leves e empilháveis)
- Plástico de alta resistência (HDPE) (áreas externas)
- Estrutura mista (metal + MDF)

6.1.4. Metodologia utilizada

O levantamento foi realizado por meio de:

- Pesquisa em contratações públicas recentes (atas de registro de preços e pregões eletrônicos);
- Consulta a portais oficiais de compras governamentais (ex.: Comprasnet, PNCP);
- Análise de Termos de Referência de órgãos públicos;
- Pesquisa de mercado com fornecedores especializados;
- Verificação de padrões técnicos e normativos aplicáveis ao mobiliário

6.1.5 Soluções identificadas no mercado:

6.1.5.1 Aquisição via licitação tradicional (pregão eletrônico)

Consiste na contratação direta de fornecedores por meio de processo licitatório, com especificações definidas em Termo de Referência.

Características:

- Maior controle sobre especificações técnicas;
- Possibilidade de personalização do mobiliário;
- Maior tempo de tramitação;
- Competitividade entre fornecedores.

6.1.5.2. Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)

Utilização de atas já existentes de outros órgãos públicos.

Características:

- Rapidez na contratação;
- Menor esforço administrativo;
- Limitação às especificações já registradas;
- Dependência de disponibilidade de adesão (“carona”).

6.1.5.3 Contratação de mobiliário sob medida

Produção e fornecimento conforme projeto específico da Administração.

Características:

- Alta aderência às necessidades do órgão;
- Maior custo unitário;
- Maior prazo de entrega;
- Necessidade de projeto técnico detalhado.

6.1.5.4 Aquisição de mobiliário padronizado de mercado

Compra de móveis com padrões comerciais já existentes.

Características:

- Menor custo;
- Maior disponibilidade de fornecedores;
- Menor possibilidade de customização;
- Adequado para demandas comuns (escritórios e escolas).

6.2. Análise comparativa das soluções

Solução	Vantagens	Desvantagens	Adequação
Licitação (pregão)	Controle, competitividade	Prazo maior	Alta
Ata de Registro de Preços	Agilidade	Limitação técnica	Média
Sob medida	Personalização total	Alto custo e prazo	Média/Alta

Padronizado de mercado	Economia e rapidez	Baixa customização	Alta

6.3. Conclusão do levantamento

Com base na análise de mercado, verifica-se que:

- O mercado de mobiliário é amplamente competitivo e estruturado;
- As soluções mais utilizadas pela Administração Pública são o pregão eletrônico e a adesão a atas de registro de preços;
- A definição entre aquisição padronizada ou sob medida depende do grau de especificidade do mobiliário necessário;
- A solução mais vantajosa deve considerar custo, prazo, padronização e necessidade de customização

Com base no levantamento realizado, verifica-se viabilidade técnica e mercadológica para aquisição dos mobiliários pretendidos, havendo ampla competitividade no mercado e disponibilidade de fornecedores aptos ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação.

Os preços levantados servirão como referência para elaboração do Termo de Referência e composição do valor estimado da futura contratação.

A contratação é considerada **viável, competitiva e tecnicamente justificada**, com ampla oferta de empresas especializadas e experiência comprovada no segmento.

Recomenda-se, como solução mais adequada para aquisição de mobiliário escolar para atender as escolas e secretaria municipal de educação através de realização de **Pregão Eletrônico com Registro de Preços**, por permitir ampla concorrência, padronização de especificações, flexibilidade de contratação futura e economicidade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução como um todo para a aquisição de mobiliários destinados a atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação consiste em um processo estruturado de planejamento, contratação, fornecimento e acompanhamento, com o objetivo de garantir ambientes escolares adequados, seguros e funcionais para estudantes, professores e equipes administrativas.

Trata-se da aquisição centralizada de mobiliários escolares e administrativos, considerando as demandas levantadas junto às unidades escolares e aos setores da Secretaria de Educação. Esse levantamento contempla tanto a reposição de itens desgastados ou danificados quanto a ampliação e adequação de espaços decorrentes de crescimento da rede ou implantação de novas unidades.

7.2. A solução envolve a padronização dos itens a serem adquiridos, de forma a assegurar uniformidade, ergonomia, durabilidade e conformidade com normas técnicas aplicáveis ao ambiente escolar. Isso inclui, por exemplo, carteiras e cadeiras para alunos de diferentes faixas etárias, mesas e cadeiras para professores, armários, estantes, arquivos, mesas administrativas e demais mobiliários necessários ao funcionamento das escolas e da sede administrativa.

7.3. O modelo de contratação prevê a aquisição por meio de processo licitatório, preferencialmente com registro de preços, possibilitando compras parceladas conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária ao longo do período de vigência. Essa abordagem permite maior eficiência na gestão pública, redução de custos e melhor controle do estoque e da distribuição dos materiais.

Além do fornecimento dos mobiliários, a solução contempla requisitos de qualidade, garantia, assistência técnica e conformidade com normas de segurança e acessibilidade, assegurando que os produtos atendam às condições adequadas de uso no ambiente escolar.

Por fim, a implementação da solução inclui o recebimento, conferência, logística de distribuição e entrega dos mobiliários nas unidades escolares e na Secretaria, bem como o acompanhamento da execução contratual, garantindo que a entrega ocorra conforme especificações técnicas, prazos estabelecidos e necessidades reais da rede municipal de ensino.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, entrega, montagem (quando aplicável) e garantia de mobiliário escolar e administrativo, destinado às unidades de ensino da rede municipal e aos demais setores vinculados à Secretaria de Educação.

O objetivo é garantir a padronização, reposição e ampliação da estrutura física e funcional das escolas e repartições administrativas, assegurando condições adequadas de trabalho para servidores e de aprendizagem para os estudantes.

Escopo da Solução

A contratação abrange o fornecimento de mobiliários novos, de fabricação conforme normas técnicas e de qualidade vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

- Mobiliário para salas de aula (mesas e cadeiras escolares em diferentes faixas etárias)
- Conjuntos professor (mesa e cadeira)
- Mobiliário para bibliotecas e salas de leitura
- Mobiliário para refeitórios
- Armários, estantes e arquivos para uso administrativo e pedagógico
- Mobiliário para salas administrativas da Secretaria de Educação (escritaninhas, cadeiras ergonômicas, mesas de reunião, etc.)
- Mobiliário para espaços de apoio (coordenação, direção, secretarias escolares, almoxarifado e setores técnicos)

Abrangência da Entrega

A solução contempla atendimento integral às demandas da Secretaria de Educação, incluindo:

- Unidades escolares da rede pública
- Sede da Secretaria de Educação
- Setores administrativos e pedagógicos vinculados
- Depósitos, centros de distribuição e apoio logístico educacional

A entrega deverá ser realizada diretamente nos locais indicados, com logística compatível com a distribuição geográfica das unidades.

Requisitos Técnicos e Operacionais

Os mobiliários deverão atender a critérios mínimos de:

- Conformidade com normas técnicas da ABNT e INMETRO, quando aplicável
- Durabilidade, segurança e ergonomia
- Resistência ao uso contínuo em ambiente escolar
- Materiais adequados ao uso educacional (fácil limpeza e manutenção)
- Padronização estética e funcional conforme diretrizes da rede de ensino

A empresa contratada deverá, quando previsto no edital:

- Realizar montagem e instalação dos itens

- Garantir assistência técnica e garantia mínima definida em contrato
- Substituir itens com defeito ou não conformes sem ônus adicionais

Justificativa da Solução

A aquisição centralizada de mobiliário escolar e administrativo se justifica pela necessidade de:

- Substituição de mobiliário desgastado ou inadequado
- Ampliação da capacidade de atendimento das unidades escolares
- Padronização dos ambientes educacionais
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores da educação
- Promoção de ambientes mais adequados ao processo de ensino-aprendizagem

Resultados Esperados

Com a implementação da solução, espera-se:

- Melhoria da infraestrutura física das unidades escolares
- Aumento do conforto e da ergonomia para alunos e profissionais
- Maior organização dos espaços pedagógicos e administrativos
- Otimização do uso dos ambientes escolares
- Fortalecimento da qualidade do ensino por meio de melhores condições estruturais

Do ponto de vista logístico e operacional, a aquisição será realizada por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade que assegure maior competitividade e economicidade, como o pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço ou melhor relação custo-benefício.

7.4. Qualificação técnica e econômico-financeira

Caso sejam exigidos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira no edital, estes deverão:

- Ser objetivos e proporcionais ao objeto;
- Limitar-se à comprovação de aptidão para fornecimento de mobiliário escolar compatível em características e quantitativos;
- Não restringir indevidamente a competitividade.

A exigência de atestado de capacidade técnica será justificada pela necessidade de assegurar que a futura contratada possua experiência mínima compatível com o objeto, reduzindo riscos de inadimplemento

7.5. Não cabimento de dispensa de licitação

A contratação não se enquadra nas hipóteses de dispensa previstas na Lei nº 14.133/2021, considerando que:

- O valor estimado ultrapassa o limite legal para dispensa por valor (quando aplicável);
- Trata-se de demanda estruturante e planejada, recomendando-se procedimento competitivo;
- A competição amplia a economicidade e assegura a proposta mais vantajosa

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o ultimo Pregão Eletrônico nº 036/2024 realizado no município através do Processo Administrativo nº 232 /2024, os contratos foram assinados em 04 de novembro de 2024, com vigência até dia 31 de dezembro de 2024, contudo, não houve tempo hábil para solicitação das necessidades.

A presente solicitação de mobiliário para a Secretaria de Educação fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento administrativo e pedagógico, assegurando organização, conforto, segurança e eficiência no atendimento às demandas educacionais do município.

Considerando o número de salas em funcionamento, o aumento de matrículas, a reposição de itens inservíveis e a necessidade de adequação dos espaços às normas de segurança e acessibilidade evidenciam que o quantitativo solicitado irá suprir a demanda existente. Ressalta-se que parte significativa do mobiliário atualmente disponível se encontra desgastada pelo uso contínuo, carecendo de substituição imediata para garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem. Além disso, a Secretaria mantém planejamento de ampliação de turmas e possível abertura de novas salas, o que ampliará ainda mais a necessidade de mobiliário.

Atualmente, a Secretaria atende a um volume significativo de escolas, servidores, gestores, professores, alunos e comunidade em geral, o que exige estrutura física compatível com a demanda existente. Parte do mobiliário em uso encontra-se desgastados pelo tempo, apresentando avarias decorrentes do uso contínuo, o que compromete a ergonomia, a segurança dos servidores e a qualidade dos serviços prestados.

Vale ressaltar que o município está localizado em área litorânea, onde os mobiliários encontram-se expostos constantemente à ação da maresia, caracterizada pela alta concentração de sais minerais suspensos no ar. Esse fenômeno provoca um processo acelerado de corrosão, oxidação e degradação dos materiais, especialmente em estruturas metálicas, ferragens, parafusos, trilhos e componentes de fixação.

Além da corrosão metálica, observa-se:

- Descasque e bolhas em pinturas e revestimentos;
- Empenamento e deterioração de partes em MDF ou madeira;
- Enrijecimento e ressecamento de plásticos e laminados;
- Comprometimento estrutural e redução da vida útil dos móveis.

Dessa forma, o desgaste apresentado não decorre de mau uso, mas sim de fatores ambientais característicos da região litorânea.

Mesmo com manutenções periódicas, a exposição contínua ao ambiente salino reduz significativamente a durabilidade dos mobiliários, tornando necessária a substituição ou recuperação das peças afetadas para garantir segurança, funcionalidade e adequado estado de conservação do ambiente. o custo para recuperação e manutenção das peças afetadas mostra-se economicamente inviável, tendo em vista que o valor estimado para os reparos se aproxima ou até supera o custo de aquisição de novos mobiliários. Além disso, a recuperação não garantirá condições adequadas de segurança, ergonomia e durabilidade, podendo comprometer o bem-estar dos servidores e usuários.

Ressalta-se ainda que alguns itens não atendem mais às normas técnicas vigentes de segurança e acessibilidade, o que inviabiliza sua permanência em uso.

Dessa forma, justifica-se a não recuperação dos referidos bens, recomendando-se a realização dos procedimentos administrativos cabíveis para baixa patrimonial e posterior substituição, conforme legislação aplicável.

A quantidade solicitada foi definida com base:

- No número atual de escolas, alunos e servidores lotados na Secretaria;
- Na necessidade de estruturação de novos setores e reorganização dos espaços escolares e administrativos;
- Na substituição de mobiliário inservível ou em condições inadequadas de uso;
- No atendimento às normas de ergonomia e segurança do trabalho;
- Na ampliação da capacidade de atendimento ao público.

Dentre os quantitativos solicitados neste processo segue planilha de distribuição de alguns itens por escola:

item	Quantidade solicitada	Quantidade de Escolas que irão receber	Base de calculo .
------	-----------------------	--	-------------------

Cadeira universitária	2.000	4	12 salas. Cada sala possui 40 cadeiras.
Cadeira Plástica	2.000- as cadeiras irão formar o jogo de mesa. 4 cadeiras por mesa.	27 escolas	18 jogos por escola.
Armário de aço	200	27 escolas	7 armários para cada escola
Arquivo de aço	200	27 escolas	7 arquivos para cada escola
Berço infantil	300	10 creches	30 berços para cada creche. Obs: cada creche possui no mínimo 4 salas

Ressalta-se que algumas escolas possuem anexos em prédios pertencentes a secretaria municipal de educação o que torna uma necessidade maior de algumas.

Destaca-se que a adequação do mobiliário impacta diretamente na produtividade dos servidores, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, na organização documental, na preservação de equipamentos e na melhoria do ambiente de trabalho, refletindo positivamente na qualidade da gestão educacional.

Dessa forma, a aquisição do quantitativo solicitado mostra-se necessária e devidamente justificada para assegurar o pleno funcionamento da Secretaria de Educação, bem como para garantir melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento adequado à população.

Dessa forma, as quantidades previstas mostram-se compatíveis com a demanda existente e necessárias para garantir o pleno funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas das escolas e secretaria municipal de educação.

Segue planilha abaixo contendo os descritivos, modelos de referencia e quantidades da Banda Marcial e fanfarras do município de Salinas da Margarida.

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>APR</u>	<u>QUANT</u>
1	Armário Material: Aço Tipo: Ropeiro Quantidade Portas: 10 UM Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Epóxi-Pó Altura: 1,93 M Largura: 1,72 M Profundidade: 40 CM Características Adicionais: Fechamento Com Pitao Para Cadeado	UND	100
2	Material: Aço- Cor: Branca- Quantidade Portas: 6 Um.- Características Adicionais: 1,2x0,5x1,9m, 3 Gavetas, Paineleiro Com Divisões	UND	200

3	<p>Armário Copa/Cozinha Material: Aço Tipo: Gabinete Com Pés Acabamento Superficial: Pintado Cor: Branca Quantidade Portas: 3 UM Largura: 1,20 M Altura: 0,50 M Características Adicionais: 3 Gavetas Com 1,20 M Largura, 0,87 M Altura E 0,47</p>	UND	200
4	<p>Arquivo, em chapa de aço, medindo (1330x470x700) mm= (axlxp), tipo vertical para pasta suspensa, contendo 04 gavetas, que deslizarão sobre corrediças telescópicas, trava que impede abertura simultânea das gavetas, fechamento simultâneo das gavetas por chave, puxadores de aço, com porta-etiquetas, deslizamento das gavetas por trilhos telescópicos, estrutura em aço, com espessura mínima de 0,79mm (chapa n. 22), acabamento em pintura eletrostática com tinta po com tratamento antiferruginoso, na cor branca, base com sapatas niveladoras, com garantia de no mínimo 12 meses, fabricado conforme as normas nbr/abnt vigentes</p>	UND	200
5	<p>Armário aço - Material: Chapa Aço 26, Acabamento Superficial: Fosfatizado Anti- Ferrugem, Altura: 198 CM, Aplicação: Uso Geral, Cor: Cinza, Largura: 90 CM, Características Adicionais: Portas Com Puxador E Fechadura, Prateleiras Regular, Profundidade: 40 CM, Quantidade Portas: 2 UN, Quantidade Prateleiras: 4 UN,</p>		100
6	<p>Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado, Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática</p>		150

	A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro		
7	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Tampo Em Madeira Mdp /Mdf, Revestimento Tampo: Laminado De Madeira Natural , Cor Tampo: Marfim , Largura: 1200 CM, Profundidade: 0,80 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Preta , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Borda Arredondada, Pés Com Sapatas, Sem Gaveta	UND	150
8	Mesa Escritório Material Estrutura: Mdp , Material Tampo: Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Madeira , Cor Tampo: Argila , Largura: 1,60 M, Profundidade: 0,60 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Argila	UND	150
9	Mesa Reunião Retangular Material: Aglomerado Madeira , Comprimento: 2,50 M, Largura: 1,20 M, Altura: 0,75 M, Revestimento: Laminado Melamínico , Cor Face Superior: Ovo , Material Face Superior: Laminado Melamínico Texturizado Alta Pressão , Tipo Bordas: Arredondadas Em (Post-Forming) , Tipo Estrutura: Tubo Aço , Material Borda Lateral: Poliestireno , Características Adicionais: Ponteiros Injetadas Fixas E Sapata Regulável Para , Espessura Tampo: 28 MM, Cor Estrutura: Preta	UND	50
10	Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado , Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro	UND	100
11	Mesa Microcomputador Material Estrutura: Melamínico , Material Tampo: Melamínico , Tipo Base Teclado: Retrátil , Cor: Cinza ,	UND	100

	Largura: 0,65 M, Características Adicionais: Base Lateral Para Cpu, 2 Gavetas , Comprimento: 1,20		
12	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Madeira Aglomerada Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico , Cor Tampo: Marfim , Quantidade Gavetas: 2 UN, Largura: 1,40 M, Altura: 0,74 M, Cor Estrutura: Preta , Comprimento: 1,40 M, Acabamento Estrutura: Pintura Texturizada , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Mesa Em "L", Bordas Em Fita Abs	UND	100
13	Cadeira Escritório Material Estrutura: Madeira Compensada , Material Revestimento Assento E Encosto: Vinil , Material Encosto: Madeira E Espuma Injetada , Material Assento: Madeira E Espuma Injetada , Tipo Base: Fixa , Apoio Braço: Sem Braços , Quantidade Pés: 4 U	UND	200
14	Cadeira Escritório Material Estrutura: Aço , Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico , Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado , Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos , Tipo Encosto: Baixo , Apoio Braço: Com Braços , Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás , Características Adicionais: Regulagem De Inclinação Do Encosto , Quantidade Pés: 5 U	UND	200
15	Cadeira Fixa Material Assento: Espuma Laminada , Material Encosto: Espuma Injetada , Material Estrutura: Aço , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Densidade Espuma Assento E Encosto: Controlada , Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi , Tipo Base: Fixo , Tipo Encosto: Fixo , Características	UND	200

	Adicionais: Com Braço , Cor: Preta , Dimensões Assento: 420 X 360 MM, Dimensões Encosto: 430 X 440 M		
16	Cadeira Sobre Longarina Material Assento E Encosto: Compensado/Espuma Injetada , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Quantidade Assentos: 3 UN, Características Adicionais: Bordas De Proteção Em Pvc , Material Estrutura: Aço , Acabamento Superficial Longarina: Pintura Em Epóxi	UND	150
17	Cadeira Material: Polipropileno , Tipo Espaldar: Baixo , Cor: Variada , Características Adicionais: Estrutura Em Aço , Tipo: Concha	UND	100
18	Cadeira Material: Polipropileno Tipo Espaldar: Baixo Cor: Variada Características Adicionais: Estrutura Em Aço Tipo: Concha Cadeira universitária ISO para DESTRO e CANHOTO, com assento e encosto confeccionado em polipropileno, na cor azul. Base em aço com pintura epóxi na cor preta, estrutura fixa trapezoidal, confeccionada em tubo de aço mínimo de 16 x 30 mm, ponteiros plásticas anti-derrapante e com porta livros em aço. Prancheta em MDF na cor branca, com espessura mínima de 18mm e com acabamento em fita ABS. Dimensões do encosto: altura entre 30 cm e 33 cm; largura entre 45 cm e 47 cm. Dimensões do assento: largura entre 45 cm e 48 cm; e profundidade entre 40 cm e 43 cm. Dimensões da prancheta: largura mínima de 26 cm; e profundidade entre 49 cm e 52 cm. A cadeira deverá suportar indivíduos de até 120 kg.	UND	2000
19	Cadeira Fixa Material Assento: Espuma Alta Densidade , Material Encosto: Espuma Alta Densidade , Material Estrutura: Aço Tubular , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática , Características Adicionais: Sem Braço , Cor: Preta	UND	100

20	Cadeira Material: Plástico , Cor: Branca , Características Adicionais: Empilhável , Tipo: Sem Braço	UND	2000
21	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-04 , Material Tampo: Mdp , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico	UND	300
22	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-05 , Material Tampo: Abs - Acrilonitrile /Butadiene/Stirene , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno	UND	300
23	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: 3 , Tratamento Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características Adicionais: Porta Livro Em Polipropileno Reciclado	UND	300
24	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Plástico Injetado E Aço , Tamanho: Cja-06b , Material Tampo: Abs , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno	UND	300
25	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Ferro , Tamanho: Infantil , Características Adicionais: Colorido	UND	300
26	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: Cjp01 , Tratamento	UND	200

	Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características Adicionais: Ponteiros E Sapatas Em Polipropileno		
27	Berço Material: Madeira , Acabamento Superficial: Pintura , Cor: Branca , Características Adicionais: Com Grades Laterais Coloridas	UND	300
28	Estante Metálica Material: Chapa Aço 24 , Altura: 1,98 M , Largura: 0,92 M, Profundidade: 0,32 M, Tipo Prateleiras: Graduáveis , Quantidade Prateleiras: 6 UN, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Antiferrugem Tinta Epóxi-Pó , Cor: Cinza , Características Adicionais: Reforço Em X Nas Laterais E Fundo , Capacidade: 100 K	UND	200
29	Estante Material: Aço Cromado , Altura: 180 CM, Profundidade: 35 CM, Cor: Prata , Características Adicionais: Coluna 25 Mm , Largura: 60 CM, Quantidade Prateleiras: 4 U	UND	100
30	Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte 611774 - Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte	UND	200
31	Tela Projeção Tipo Ajuste Tela: Retrátil Automático , Material: Matte Wite , Cor Acabamento: Preta , Altura: 180 CM, Largura: 2,40 M, Características Adicionais: Enrolamento Automático Por Mola , Tipo Tela: Retrátil , Tensão Entrada: 110/220	UND	100

32	Quadro Branco Material: Laminado Melamínico Brilhante , Acabamento Superficial Moldura: Anodizado , Largura: 1,20 M, Comprimento: 2 M, Características Adicionais: Suporte Para Apagador E Pincéis , Tipo Fixação: Parede , Material Moldura: Alumínio	UND	300
33	Quadro Avisos Material: Cortiça , Comprimento: 120 CM, Largura: 70 CM, Material Moldura: Alumínio	UND	200
34	Mesa Plástica Material: Plástico , Formato: Quadrado , Cor: Branca , Comprimento: 70 CM, Largura: 70 CM, Altura: 72 C	UND	500

Considerando que o município possui 27 escolas, algumas possuem anexos devido a superlotação de salas, dentre outros setores: biblioteca, secretaria, sala de reunião, professor, almoxarifado e etc. como também outros setores pertencentes a secretaria municipal de educação, a definição dos quantitativos de mobiliários solicitados para as unidades escolares foi realizada com base no número de escolas, salas e a capacidade de atendimento de cada ambiente, no número de estudantes matriculados e na organização pedagógica da rede de ensino.

Conforme o último censo realizado, a Secretaria de Educação aponta uma clientela de 3.601 alunos, sendo 701 alunos matriculados em creches de período integral, 362 alunos matriculados na Pré-Escola, 1254 alunos matriculados no Ensino Fundamental I, 997 alunos matriculados no Ensino Fundamental II e 197 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos e 90 alunos no Programa Brasil Alfabetizado.

Segue abaixo uma planilha estimativa de distribuição dos itens por modalidades de ensino.

Itens solicitados	Unidade escolar recebedoras
1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-19-20-26-28-29-30-31-32-33-34	Todas as escolas, e setores pertencentes a SME. (27 unidades, sem inclusão de anexos)
18	FUNDAMENTAL II- Escolas de grande porte (04 unidades)
21-22-24	Fundamental I (09 unidades)
23	Educação infantil e creches (14 unidades, 10 creches mais 04 de educação infantil)
27	Creches (10 unidades)

Os itens em que contemplará todas as escolas são distribuídos igualmente ou conforme demandas. Os demais itens atenderão as modalidades de ensino especialmente os conjuntos escolares que seguem o padrão do FNDE.

O item 20 foram solicitadas 2.000 unidades (cadeira plástica), para compor o item 34(mesa plástica), cada mesa é composta por 4 cadeiras para formar o jogo. Totalizando 500 jogos completos de mesas plásticas Ressalta-se que algumas escolas do fundamental I, atende também a educação infantil, os anexos já mencionados anteriormente.

Ressalta-se também que o município vem ampliando as escolas que precisam devido ao aumento das matrículas e também com o intuito de proporcionar aos educando e profissionais conforto com espaços amplamente adequados e segurança.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.914.370,50

A estimativa do valor da contratação para aquisição de **MOBILIARIOS** para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA foi definida com base em pesquisa de preços realizada pela Secretaria Municipal de Educação, utilizando a funcionalidade do Painel de Preços, no Sistema Comprasnet. O valor prévio obtido dá conta que o valor do objeto pretendido está estimado a aquisição em R\$ 4.914.370,50 (Quatro milhões, novecentos e catorze mil, trezentos e setenta reais e cinquenta centavos), conforme tabela abaixo.

<u>ITEM</u>	<u>CATMAT</u>	<u>DESCRIÇÃO DO ITEM</u>	<u>APR</u>	<u>QUANT</u>	<u>VALOR UNIT</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
1	617421	Armário Material: Aço Tipo: Ropeiro Quantidade Portas: 10 UM Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Epóxi-Pó Altura: 1,93 M Largura: 1,72 M Profundidade: 40 CM Características Adicionais: Fechamento Com Pitao Para Cadeado	UND	100	R\$ 940,00	R\$94.000,00
2	319491	Material: Aço- Cor: Branca-Quantidade Portas: 6 Um.- Características Adicionais: 1,2x0,5x1, 9m, 3 Gavetas, Paneleiro Com Divisões	UND	200	R\$ 1.135,00	R\$ 227.000,00
	260034			200	R\$ 950,00	R\$ 190.000,00

3		<p>Armário Copa/Cozinha</p> <p>Material: Aço</p> <p>Tipo: Gabinete Com</p> <p>Pés Acabamento</p> <p>Superficial: Pintado</p> <p>Cor: Branca</p> <p>Quantidade Portas: 3</p> <p>UM</p> <p>Largura: 1,20 M</p> <p>Altura: 0,50 M</p> <p>Características</p> <p>Adicionais: 3 Gavetas</p> <p>Com 1,20 M Largura,</p> <p>0,87 M Altura E 0,47</p>	UND			
4	350105	<p>Arquivo, em chapa de</p> <p>aco, medindo</p> <p>(1330x470x700) mm=</p> <p>(axlxp), tipo vertical</p> <p>para</p> <p>pasta suspensa,</p> <p>contendo 04 gavetas,</p> <p>que</p> <p>deslizarao sobre</p> <p>corredicas telescopicas,</p> <p>trava</p> <p>que impede abertura</p> <p>simultanea das gavetas,</p> <p>fechamento simultaneo</p> <p>das gavetas por chave,</p> <p>puxadores de aco, com</p> <p>porta-etiquetas,</p> <p>deslizamento</p> <p>das gavetas por trilhos</p> <p>telescopicos, estrutura</p> <p>em aco,</p> <p>com espessura minima</p> <p>de 0,79mm (chapa n.22),</p> <p>ACABAMENTO</p> <p>EM PINTURA</p> <p>eletrostatica com tinta</p> <p>po com tratamento</p> <p>antiferruginoso, na cor</p> <p>branca, base com</p> <p>sapatas niveladoras,</p> <p>com garantia de no</p> <p>minimo 12 meses,</p> <p>fabricado conforme</p> <p>as normas nbr/abnt</p> <p>vigentes</p>	UND	200	R\$ 707,00	R\$ 141.400,00

5	385360	Armário aço - Material: Chapa Aço 26, Acabamento Superficial: Fosfatizado Anti- Ferrugem, Altura: 198 CM, Aplicação: Uso Geral, Cor: Cinza, Largura: 90 CM, Características Adicionais: Portas Com Puxador E Fechadura, Prateleiras Regular, Profundidade: 40 CM, Quantidade Portas: 2 UN, Quantidade Prateleiras: 4 UN,	UND	100	R\$ 1.050,00	R\$ 105.000,00
6	476432	Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado , Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro	UND	150	R\$ 872,05	R\$ 130.807,50
	607694	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Tampo Em Madeira Mdp/Mdf , Revestimento Tampo: Laminado De Madeira		150	R\$ 550,00	R\$ 82.500,00

7		Natural , Cor Tampo: Marfim , Largura: 1200 CM, Profundidade: 0,80 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Preta , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Borda Arredondada, Pés Com Sapatas, Sem Gaveta	UND			
8	611677	Mesa Escritório Material Estrutura: Mdp , Material Tampo: Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Madeira , Cor Tampo: Argila , Largura: 1,60 M, Profundidade: 0,60 M, Altura: 0,75 M, Cor Estrutura: Argila	UND	150	R\$ 750,00	R\$ 112.500,00
9	253229	Mesa Reunião Retangular Material: Aglomerado Madeira , Comprimento: 2,50 M, Largura: 1,20 M, Altura: 0,75 M, Revestimento: Laminado Melamínico , Cor Face Superior: Ovo , Material Face Superior: Laminado Melamínico Texturizado Alta Pressão , Tipo Bordas: Arredondadas Em (Post-Forming) , Tipo Estrutura: Tubo Aço , Material Borda Lateral: Poliestireno , Características Adicionais: Ponteiras Injetadas Fixas E Sapata Regulável Para , Espessura Tampo: 28 MM, Cor Estrutura: Preta	UND	50	R\$ 1.643,50	R\$ 82.175,00

10	476432	Mesa Escritório Material Estrutura: Tubo Aço , Material Tampo: Madeira , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico Baixa Pressão , Cor Tampo: Madeirado , Quantidade Gavetas: 3 UN, Largura: 1200 MM, Profundidade: 800 MM, Altura: 740 MM, Padrão Acabamento Tampo: Madeirado , Cor Estrutura: Grafite , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Com Gaveteiro	UND	100	R\$ 809,55	R\$ 80.955,00
11	271711	Mesa Microcomputador Material Estrutura: Melamínico , Material Tampo: Melamínico , Tipo Base Teclado: Retrátil , Cor: Cinza , Largura: 0,65 M, Características Adicionais: Base Lateral Para Cpu, 2 Gavetas , Comprimento: 1,20	UND	100	R\$ 345,00	R\$ 34.500,00
12	390711	Mesa Escritório Material Estrutura: Metal , Material Tampo: Madeira Aglomerada Mdp , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico , Cor Tampo: Marfim , Quantidade Gavetas: 2 UN, Largura: 1,40 M, Altura: 0,74 M, Cor Estrutura: Preta , Comprimento: 1,40 M, Acabamento Estrutura:	UND	100	R\$ 549,00	R\$ 54.900,00

		Pintura Texturizada , Espessura Tampo: 25 MM, Características Adicionais: Mesa Em "L", Bordas Em Fita Abs				
13	483572	Cadeira Escritório Material Estrutura: Madeira Compensada , Material Revestimento Assento E Encosto: Vinil , Material Encosto: Madeira E Espuma Injetada , Material Assento: Madeira E Espuma Injetada , Tipo Base: Fixa , Apoio Braço: Sem Braços , Quantidade Pés: 4 U	UND	200	R\$ 649,00	R\$ 129.800,00
14	617704	Cadeira Escritório Material Estrutura: Aço , Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Ecológico , Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado , Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos , Tipo Encosto: Baixo , Apoio Braço: Com Braços , Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás , Características Adicionais: Regulagem De Inclinação Do Encosto , Quantidade Pés: 5 U	UND	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00
	486515	Cadeira Fixa Material Assento: Espuma		200	R\$ 599,00	R\$ 119.800,00

15		Laminada , Material Encosto: Espuma Injetada , Material Estrutura: Aço , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Densidade Espuma Assento E Encosto: Controlada , Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi , Tipo Base: Fixo , Tipo Encosto: Fixo , Características Adicionais: Com Braço , Cor: Preta , Dimensões Assento: 420 X 360 MM, Dimensões Encosto: 430 X 440 M	UND			
16	607538	Cadeira Sobre Longarina Material Assento E Encosto: Compensado/Espuma Injetada , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Quantidade Assentos: 3 UN, Características Adicionais: Bordas De Proteção Em Pvc , Material Estrutura: Aço , Acabamento Superficial Longarina: Pintura Em Epóxi	UND	150	R\$ 850,00	R\$ 127.500,00
17	485383	Cadeira Material: Polipropileno , Tipo Espaldar: Baixo , Cor: Variada , Características Adicionais: Estrutura Em Aço , Tipo: Concha	UND	100	R\$ 212,00	R\$ 21.200,00
	485383	Cadeira Material: Polipropileno Tipo Espaldar: Baixo Cor:		2.000	R\$ 212,00	R\$ 424.000,00

18		Variada Características Adicionais: Estrutura Em Aço Tipo: Concha Cadeira universitária ISO para DESTRO e CANHOTO, com assento e encosto confeccionado em polipropileno, na cor azul. Base em aço com pintura epóxi na cor preta, estrutura fixa trapezoidal, confeccionada em tubo de aço mínimo de 16 x 30 mm, ponteiros plásticos anti-derrapante e com porta livros em aço. Prancheta em MDF na cor branca, com espessura mínima de 18mm e com acabamento em fita ABS. Dimensões do encosto: altura entre 30 cm e 33 cm; largura entre 45 cm e 47 cm. Dimensões do assento: largura entre 45 cm e 48 cm; e profundidade entre 40 cm e 43 cm. Dimensões da prancheta: largura mínima de 26 cm; e profundidade entre 49 cm e 52 cm. A cadeira deverá suportar indivíduos de até 120 kg.	UND			
19	336644	Cadeira Fixa Material Assento: Espuma Alta Densidade , Material Encosto: Espuma Alta Densidade , Material Estrutura: Aço Tubular , Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido , Acabamento Estrutura: Pintura Eletrostática ,	UND	100	R\$ 277,50	R\$ 27.750,00

		Características Adicionais: Sem Braço , Cor: Preta				
20	287945	Cadeira Material: Plástico , Cor: Branca , Características Adicionais: Empilhável , Tipo: Sem Braço	UND	2.000	R\$ 39,00	R\$ 78.000,00
21	603100	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-04 , Material Tampo: Mdp , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno , Revestimento Tampo: Laminado Melamínico	UND	300	R\$ 510,00	R\$ 153.000,00
22	483339	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Aço , Tamanho: Cja-05 , Material Tampo: Abs - Acrilonitrile/Butadiene /Stirene , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno	UND	300	R\$ 620,00	R\$ 186.000,00
23	429904	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: 3 , Tratamento Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características	UND	300	R\$ 1.413,00	R\$ 423.900,00

		Adicionais: Porta Livro Em Polipropileno Reciclado				
24	617862	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Plástico Injetado E Aço , Tamanho: Cja-06b , Material Tampo: Abs , Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno	UND	300	R\$ 526,50	R\$ 157.950,00
25	453664	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Material: Madeira E Ferro , Tamanho: Infantil , Características Adicionais: Colorido	UND	300	R\$ 2.000,00	R\$ 600.000,00
26	603101	Conjunto Escolar Componentes: Mesa E Cadeira , Tamanho: Cjp01 , Tratamento Superficial Estrutura: Tinta Em Pó Híbrida , Características Adicionais: Ponteiros E Sapatas Em Polipropileno	UND	200	R\$ 1.259,68	R\$ 251.936,00
27	271496	Berço Material: Madeira , Acabamento Superficial: Pintura , Cor: Branca , Características Adicionais: Com Grades Laterais Coloridas	UND	300	R\$ 850,00	R\$ 255.000,00
	350108	Estante Metálica Material: Chapa Aço 24 , Altura: 1,98 M		200	R\$ 298,00	R\$ 59.600,00

28		, Largura: 0,92 M, Profundidade: 0,32 M, Tipo Prateleiras: Graduáveis , Quantidade Prateleiras: 6 UN, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Antiferrugem Tinta Epóxi-Pó , Cor: Cinza , Características Adicionais: Reforço Em X Nas Laterais E Fundo , Capacidade: 100 K	UND			
29	469849	Estante Material: Aço Cromado , Altura: 180 CM, Profundidade: 35 CM, Cor: Prata , Características Adicionais: Coluna 25 Mm , Largura: 60 CM, Quantidade Prateleiras: 4 U	UND	100	R\$ 725,00	R\$ 75.500,00
30	611774	Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte 611774 - Gaveteiro Móvel Material: Madeira Mdp , Quantidade Gavetas: 3 UN, Altura: 0,62 M, Largura: 0,43 M, Profundidade: 0,61 MM, Cor: Cinza Cristal , Características Adicionais: Com 2 Gavetas Médias E 1 Gavetão Na Parte	UND	200	R\$ 400,00	R\$ 80.000,00
	611844			100	R\$ 750,00	R\$ 75.000,00

31		Tela Projeção Tipo Ajuste Tela: Retrátil Automático , Material: Matte Wite , Cor Acabamento: Preta , Altura: 180 CM, Largura: 2,40 M, Características Adicionais: Enrolamento Automático Por Mola , Tipo Tela: Retrátil , Tensão Entrada: 110/220	UND			
32	432400	Quadro Branco Material: Laminado Melamínico Brilhante , Acabamento Superficial Moldura: Anodizado , Largura: 1,20 M, Comprimento: 2 M, Características Adicionais: Suporte Para Apagado r E Pincéis , Tipo Fixação: Parede , Material Moldura: Alumínio	UND	300	R\$ 380,99	R\$ 114.297,00
33	392115	Quadro Avisos Material: Cortiça , Comprimento: 120 CM, Largura: 70 CM, Material Moldura: Alumínio	UND	200	R\$157,00	R\$ 31.400,00
34	354608	Mesa Plástica Material: Plástico , Formato: Quadrado , Cor: Branca , Comprimento: 70 CM, Largura: 70 CM, Altura: 72 C	UND	500	R\$100,00	R\$ 50.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.914.370,50		

9.1. Metodologia:

A pesquisa de preços foi realizada no Painel de Preços, ferramenta que permite a consulta de preços praticados em licitações e compras públicas realizadas em todo o país. Foram considerados os seguintes critérios para a seleção dos preços:

Similaridade dos itens: Foram selecionados apenas os preços de itens com características e especificações técnicas equivalentes aos bens a serem adquiridos.

Atualidade dos preços: Priorizou-se a utilização de preços praticados em licitações recentes, considerando a variação dos preços no mercado.

Região geográfica: Foram considerados preferencialmente os preços praticados em licitações realizadas na região de Salinas da Margarida, buscando refletir a realidade do mercado local.

O valor estimado representa uma estimativa inicial, que poderá ser ajustada em função das propostas apresentadas na licitação.

É fundamental que a pesquisa de preços seja documentada de forma detalhada, com a indicação da fonte dos preços, data da pesquisa e demais informações relevantes.

A estimativa do valor da contratação é um elemento importante para a definição do tipo de licitação a ser utilizada, bem como para a análise da economicidade das propostas.

A Secretaria Municipal de Educação, ao realizar a pesquisa de preços através do Painel de Preços, que concentra valor referente a outras contratações públicas, demonstra a busca pela economicidade e transparência na contratação, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Da opção pelo parcelamento

Considerando a necessidade de aquisição de mobiliários destinados ao atendimento das demandas das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Salinas da Margarida/BA, analisou-se a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução, em conformidade com os princípios da economicidade, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Verifica-se que o objeto possui natureza divisível, uma vez que os itens de mobiliário podem ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo do conjunto da solução, compreendendo, por exemplo, mesas, cadeiras, armários, estantes, birôs, arquivos e demais equipamentos correlatos.

Dessa forma, o parcelamento da contratação em itens ou lotes distintos mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pois amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, o parcelamento favorece a especialização dos fornecedores por categoria de mobiliário, reduzindo riscos de desabastecimento, atrasos na entrega e restrição indevida da competitividade. Também contribui para uma gestão contratual mais eficiente, permitindo melhor controle da execução e da qualidade dos itens fornecidos.

Entretanto, deverá ser observada a compatibilidade estética, funcional e padronização mínima dos mobiliários, especialmente quanto às dimensões, ergonomia, cores e materiais, a fim de garantir uniformidade e adequação ao ambiente escolar e administrativo.

Assim, conclui-se que o **parcelamento da solução** é a medida mais adequada ao interesse público, recomendando-se que a licitação seja realizada por itens ou lotes compatíveis, conforme a natureza e especificidade dos mobiliários a serem adquiridos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta equipe de planejamento não identificou nenhuma contratação correlata/interdependente a esta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Embora o município ainda não tenha elaborado o para 2026, **PCA** a ação para a contratação de empresa para aquisição de mobiliário escolar para atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida a demanda está em linhas gerais prevista no **Plano Plurianual (PPA)** 2022-2026. Com fundamento na Lei nº 14.133 de 01/04/2021 encontra-se alinhado com a Lei Orçamentária Anual do Município.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de mobiliários para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação proporcionará diversos benefícios institucionais, pedagógicos e administrativos, dentre os quais destacam-se:

- Melhoria das condições de ensino e aprendizagem, oferecendo ambientes escolares mais adequados, organizados e confortáveis para alunos e profissionais da educação;
- Promoção do bem-estar, ergonomia e segurança de estudantes, professores e servidores, por meio da disponibilização de mobiliários apropriados às atividades desenvolvidas;
- Adequação dos espaços escolares e administrativos às demandas atuais da rede municipal de ensino, contribuindo para maior funcionalidade e eficiência no uso dos ambientes;
- Fortalecimento da infraestrutura das unidades escolares, assegurando melhores condições para execução das atividades pedagógicas e administrativas;
- Substituição de mobiliários desgastados, danificados ou insuficientes, reduzindo riscos de acidentes e minimizando prejuízos ao desenvolvimento das atividades educacionais;
- Valorização do ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor, estimulante e favorável ao desenvolvimento educacional dos alunos;
- Atendimento às necessidades de expansão, manutenção e modernização da Rede Municipal de Ensino Básico e da Secretaria Municipal de Educação;
- Contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços públicos educacionais ofertados à população, refletindo diretamente no desempenho e permanência dos alunos no ambiente escolar;
- Otimização das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência operacional.

Dessa forma, a aquisição dos mobiliários constitui medida necessária para garantir melhores condições estruturais, pedagógicas e administrativas à rede municipal de ensino, promovendo maior qualidade, eficiência e segurança no atendimento à comunidade escolar.

A aquisição bem-sucedida desses itens é crucial para garantir o bom funcionamento das escolas e secretaria de educação, oferecendo atendimento digno e eficiente aos alunos da rede municipal de ensino.

14. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação, não há necessidade de providências para adequação do ambiente do órgão.

Isso ocorre porque a aquisição se trata de mobiliário escolar, materiais que serão utilizados pelos alunos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de MOBILIARIOS apesar de crucial para atender as escolas da rede municipal e secretaria de educação, é essencial que o órgão adote medidas para minimizar impactos, priorizando produtos ecologicamente corretos, o consumo consciente e a gestão eficiente de resíduos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação para aquisição de mobiliários destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e à Secretaria Municipal de Educação mostra-se plenamente viável e necessária, considerando a demanda existente por adequação, reposição e ampliação dos bens móveis utilizados nas unidades escolares e administrativas.

A viabilidade da contratação fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento dos ambientes educacionais e administrativos, proporcionando maior conforto, segurança, ergonomia e organização para alunos, professores, servidores e demais usuários da rede municipal de ensino. O mobiliário escolar adequado contribui diretamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo um ambiente mais acolhedor, funcional e compatível com as atividades pedagógicas desenvolvidas.

Verifica-se, ainda, que parte significativa dos mobiliários atualmente utilizados se encontram desgastada pelo tempo de uso, apresentando avarias, inadequações ergonômicas e insuficiência quantitativa para atender à demanda atual das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação. Tal situação compromete a qualidade dos serviços prestados e pode ocasionar prejuízos ao desempenho das atividades educacionais e administrativas.

A aquisição pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que existem no mercado diversas empresas especializadas no fornecimento de mobiliários escolares e administrativos, possibilitando ampla competitividade no certame licitatório e observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARINE BARROSO BRASIL

Presidente da Comissão de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA/BA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/2026

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº **221/2026**

O **MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA/BA**, com sede na praça Tenente Albuquerque, s/nº, Centro, Salinas da Margarida/BA, CEP 44.450-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.743.281/0001-14, neste ato representado(a) pela **Prefeita Sra. Maria de Fatima Pepe Cerqueira**, portadora da Cédula de Identidade n. 01.163.892-30 – SSP/BA, portadora do CPF n. 196.910.765-00, conjuntamente com a Secretária Municipal de Educação Sr.^a Carla de Jesus Marinho através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 30.914.497/0001-14, com sede administrativa na Tv. Lídio Pena, s/n, Centro, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026**, publicado no XXXX do dia XX/XX/202X, Processo Administrativo nº **221/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 654, de 04 de janeiro de 2024 (Legislação Federal), no Decreto Municipal nº 655, de 04 de janeiro de 2024 (Sistema de Registro de Preços), na Portaria Municipal nº 004, de 05 de janeiro de 2026 (Agentes de Contratação e outros), no Decreto Municipal nº 656, de 04 de janeiro de 2024 (Processo Sancionador), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **contratação de empresa para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento especificado(s) no(s) Termo de Referência**, anexo do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item do TR	CATMAT/CATSER	Especificação	Marca / Modelo (se exigida no edital)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços (caso exista) consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Educação.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Salinas da Margarida/BA, XX de XX de 2026.

Sr.^a Maria De Fatima Pepe Cerqueira
Prefeita

Sr(a) Carla de Jesus Marinho
Secretário(A) Municipal De Educação

NOME DA EMPRESA – CNPJ: xxxx
Responsável Legal: XXXXXX, CPF: xxxx

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 221/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE SALINAS DA MARGARIDA, pessoa jurídica de direito interno, através do XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede administrativa na Secretaria Municipal de XXXXXX na Travessa do XXXXXXXX nesta cidade, conjuntamente por sua Gestora, a Secretária Municipal de XXXXXX Sr.ª XXXXXXXX e pela Prefeita, Sr.ª Maria de Fatima Pepe Cerqueira, brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade nº 01.163.892-30 – SSP-BA, portador do CPF (MF) nº 196.910.765-00, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO],, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº **XX/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico XX/XXXX*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Secretaria Municipal de Educação de Salinas da Margarida -BA, através do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*

9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*

9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*

9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*
- 9.27. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

13.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.3. *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

13.4. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

13.5. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

13.6. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

13.7. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

13.7.1. *Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

13.7.2. *Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

13.7.3. *Das indenizações e multas.*

13.8. *A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.*

13.9. *O CONTRATANTE poderá ainda:*

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: **xx,xx**;
- II) Fonte de recursos: **xx,xx**;
- III) Programa de trabalho: **xx,xx**;
- IV) Elemento de despesa: **xx,xx**.

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Salinas da Margarida, Comarca de Nazaré para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Salinas da Margarida, [xx] de junho de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº, Bairro, Cidade de, Estado, CEP....., através de seu representante legal/Procurador, inscrito no CPF nº, sob as penas da lei, DECLARA:

- a. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. *A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.*
- c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Prefeitura de Salinas da Margarida, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
VALIDADE DA PROPOSTA:		REPRESENTANTE LEGAL:
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO:		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITE M	CAT/MA T	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					R\$	R\$
		VALOR TOTAL				R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA¹:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021, do Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 e às cláusulas e condições constantes do Edital da Dispensa de Licitação nº 0XX/2026/NLL

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, _____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

¹ Soma de todos os Itens para os quais participa a Proponente

PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA

Matriz de Gerenciamento de Riscos 75/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

75/2026

Responsável pela Edição

ADRIANA FERREIRA DE BRITO

Data de Criação

01/06/2026 14:15

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

1.1. Contratação de empresa para aquisição de MOBILIARIOS para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal e Secretaria de Educação.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Levantamento inadequado das necessidades	Falha no diagnóstico das unidades escolares	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar levantamento detalhado junto às escolas e setores administrativos					Responsável: CARINE BARROSO BRASIL
	Ações de Contingência					
C-01	Revisar quantitativos antes da publicação do edital					Responsável: CARINE BARROSO BRASIL
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificações técnicas insuficientes ou restritivas	Definição inadequada dos requisitos dos mobiliários	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					
P-01	Elaborar Termo de Referência com especificações claras e compatíveis com o mercado					Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO
	Ações de Contingência					
C-01	Retificação do edital, se necessário					Responsável: ALINE NEVES CERQUEIRA
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Baixa competitividade do certame.	Exigências excessivas ou mercado restrito	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Médio					
	Ações Preventivas					
P-01	Elaborar edital com requisitos proporcionais ao objeto					Responsável: TIAGO SANTOS FERREIRA
	Ações de Contingência					
C-01	Republicação do certame com ajustes					Responsável: ALINE NEVES CERQUEIRA
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Impugnações e recursos administrativos	Falhas no edital ou nas especificações	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Médio					
	Ações Preventivas					
P-01	Revisão jurídica e técnica prévia					Responsável: ALINE NEVES CERQUEIRA
	Ações de Contingência					
C-01	Correção das falhas identificadas					Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Contratação de empresa sem capacidade de fornecimento	Análise insuficiente da habilitação.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar documentação e qualificação técnica			Responsável: ALINE NEVES CERQUEIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de sanções e convocação do próximo colocado			Responsável: ALINE NEVES CERQUEIRA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso na entrega dos mobiliários.	Problemas logísticos ou produtivos do fornecedor	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer cronograma de entrega e fiscalização periódica			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de penalidades contratuais			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Entrega de mobiliários em desacordo com as especificações.	Falha no controle de qualidade do fornecedor.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir amostras e fiscalização do recebimento			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		
Ações de Contingência						
C-01	Recusa do material e solicitação de substituição			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Danos aos mobiliários durante transporte	Transporte inadequado	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Médio					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir responsabilidade contratual pelo transporte			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		
Ações de Contingência						
C-01	Solicitação de substituição dos itens danificados			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Descumprimento das obrigações contratuais	Falhas na gestão do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Designação formal de fiscal e gestor do contrato			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação das sanções previstas			Responsável: ADRIANA FERREIRA DE BRITO		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

CARINE BARROSO BRASIL

Presidente da Comissão de Planejamento

